

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Cunha e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Seguidamente, foram anunciados os pedidos de suspensão de mandato, por se encontrarem ausentes do Município: - por um período de trinta dias, Joaquim Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária, e Ana Catarina Marques Marinho Mendes, eleita pelo Bloco de Esquerda; - por um período de vinte e oito dias, José Pedro Soares Coelho Ribeiro, eleito pelo Partido Socialista; - por um período de cinco dias, Francisco Manuel Figueira de Lemos, e, por um período de cento e oitenta dias, Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida, eleito pelo Bloco de Esquerda. Solicitaram a sua substituição, por se encontrarem ausentes do concelho, Nelson Pereira, Susana Fátima Amorim P. C. de Almeida e Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleitos pelo Partido Social Democrata. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Pediram, ainda, a sua substituição os Presidentes da Junta de Freguesia Várzea Cova, Antime, Fafe, Silvares S. Clemente, pelos respectivos Secretários e o Presidente da Junta de Freguesia de Golães pelo Tesoureiro. Foi também comunicada a existência dos seguintes pedidos de renúncia de mandato: Armando Martins Ribeiro, Vítor Henriques Gomes Campos, Maria da Luz Barbosa Costa, Hercília Maria Neves Rodrigues Valente e Maria Cristina Azevedo Pinho de Sousa, todos eleitos pelo Bloco de Esquerda. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de setenta e um membros. -----

----- Posteriormente, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----De seguida, foi apresentada uma proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento da mãe de Joaquim Magalhães, membro da Assembleia Municipal, subscrita por Pompeu Martins. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa deu ainda conhecimento de que tinha dado entrada uma proposta, apresentada por Manuel Cunha, na qual era proposto que a Câmara Municipal procedesse à colocação de recipientes na via pública, pelo menos na parte da cidade que tinha sido objecto de requalificação urbana, para aí se depositarem as pontas de cigarro e as pastilhas elásticas. Propunha ainda que em consonância com esta acção, se efectuasse uma campanha de sensibilização. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

-----Não havendo mais propostas para discussão no período de Antes da Ordem do Dia, seguiram-se as intervenções dos membros inscritos, iniciando o período de intervenções Humberto Castro para recordar que se iria comemorar mais um cinco de Outubro e que a homenagem prometida a Prof. Emídio Guerreiro, uma vez mais, não se iria realizar, dizendo que aguardava que a referida homenagem se realizasse noutra data, referenciando a vinte e cinco de Abril para o efeito. Seguidamente, colocou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara: a primeira questão relativa à temática *Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho*, nomeadamente, sobre o que a Câmara tinha feito em relação a este assunto, mais concretamente, sobre o programa relativo a Medicina no Trabalho. A segunda questão, de cariz cultural, referente à localização dos azulejos do painel, de autoria de Júlio Resende que adornavam uma das paredes do antigo Posto Médico. Finalizou a sua intervenção, e no seguimento da Moção apresentada na sessão de vinte e quatro de Abril de dois mil e três, para perguntar se os braceletes, a estátua do guerreiro do Castro de St.^o Ovídio e os azulejos de Arões eram das instituições que os possuíam ou se pertenciam à herança cultural dos fafenses, sugerindo que os Serviços Jurídicos da Câmara se pronunciassem sobre as referidas questões. -----

-----De seguida, interveio Simão Freitas que fez uma observação crítica às longas intervenções políticas dos vários grupos parlamentares, assim como da ausência de objectividade das mesmas provocando o desinteresse do público e

fazendo com que, cada vez mais, desistissem do seu direito de intervenção. Criticou, também, a pobreza do teor das intervenções, afirmando que deveriam ser debatidos temas de cariz social e económico. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o término da obra no Jardim do Calvário e alertou para a situação do Royal Center dada a urgência de uma intervenção de limpeza. Relativamente às taxas do IMI, propôs o seu agravamento em trinta por cento como medida sancionária para os proprietários de prédios devolutos que não procedessem à sua recuperação. Ainda sobre as taxas do IMI e atendendo a que no concelho de Fafe as mesmas têm sido aplicadas sempre pelo máximo, alertou para a sua utilização como um instrumento de descentralização aplicando taxas mais baixas às freguesias despovoadas e mais desfavorecidas. Terminou a sua intervenção louvando a iniciativa da Câmara pelo facto desta proporcionar às crianças mais desfavorecidas e aos idosos a possibilidade de desfrutar da colónia de férias.-----

-----Seguidamente, usou da palavra Leonor Castro para, em nome da Coligação Democrática Unitária, expressar as suas preocupações com a situação actual do ensino em Portugal. Fez uma análise sobre as discrepâncias existentes entre as políticas do Governo no que concerne à área da educação e à realidade do país, referenciando algumas das situações, nomeadamente, o aumento do desemprego dos professores, o encerramento de mais quinhentas escolas do Primeiro Ciclo, a diminuição do número de alunos que concluem o ensino secundário, o aumento das despesas escolares, entre outras. Afirmou, também, que a falsa propaganda efectuada pelo Governo se estende a outras áreas tais como a saúde onde são efectuados cortes rigorosos em vários direitos dos cidadãos, como preço a pagar para conseguirem a obsessiva redução do défice. Lamentou que, quando se questiona o Governo sobre situações concretas, as respostas vêm dos seus membros, com permanente intransigência, intolerância ou o conveniente *desconhecimento do caso*, num total desrespeito pelos direitos consagrados. -----

-----Fez uma observação à atitude de prepotência e arrogância do Governo, suportada pela maioria absoluta, que por vezes *chega a roçar os limites ditatoriais*. Disse ainda que estes comportamentos de repressão e intimidação se sentiam também em algumas Autarquias, nomeadamente, na Autarquia de Fafe, afirmando que o Senhor Presidente da Câmara cada vez mais

incomodado com o trabalho atento da oposição, se melindrava com as denúncias ou reparos efectuados, intimidando com processos, ao invés de esclarecer ou procurar averiguar a veracidade e fundamento dos mesmos, revelando, dessa forma, um desconhecimento da importância do papel da oposição. Desta forma, salientou a importância do papel da oposição dizendo que quando se denunciava esperava-se que se corrigisse e que quando se propunha, esperava-se que se fizesse, ajudando, dessa forma a construir um município melhor.-----

-----Finalizou a sua intervenção dizendo que a Coligação Democrática Unitária se sentia satisfeita com o papel que têm tido e se felicitavam, muito particularmente, pelo projecto recentemente apresentado na reunião de Câmara para a recuperação das margens do rio, desde Pardelhas até à zona do Intermarché, lembrando que a proposta de que essa iniciativa fosse contemplada pelo executivo camarário tinha condicionado a votação do orçamento do vereador da Coligação, uma vez que eram da opinião que a referida obra se impunha a Fafe. Referiu, ainda, que a referida iniciativa constava do programa da Coligação Democrática Unitária, aquando da campanha eleitoral. -----

-----De seguida, interveio Miguel Summavielle para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre as medidas preventivas por parte da Câmara relativas às três empresas que se encontram a executar obras para a Autarquia e se encontravam em processo de falência.-----

-----Fez ainda, um comentário relativo à atribuição de um subsídio para a construção da Igreja de S. Jorge, fazendo um paralelismo à Coopfafe uma vez que não entendia o critério utilizado pela Câmara. Ainda sobre a Coopfafe, alertou para o facto da Instituição já ter um projecto aprovado pela Segurança Social e o projecto apresentado na Câmara ainda se encontrar pendente de aprovação há mais de cinco meses. -----

-----Terminada a sua intervenção, usou da palavra Luís Leite para fazer um alerta relativo às margens do Rio Ferro, desde a Fábrica do Ferro até ao limite do concelho, dizendo que a utilização de máquinas para a realização das obras de saneamento e da auto-estrada provocaram um desgaste nas margens e, conseqüentemente, a queda das terras para o rio, diminuindo a área de cultivo junto às mesmas. Atendendo ao não acompanhamento por parte da Autarquia

das referidas obras, alertou para o facto do local ser plano, devendo dessa forma serem acauteladas as condições para a passagem das águas pluviais, sugerindo a criação de um corredor verde.-----

-----Seguidamente interveio Ricardo Leite para tecer algumas considerações relativamente à forma como estavam a ser realizadas as actividades extracurriculares, nomeadamente, que o valor/hora pago aos professores era inferior à remuneração padrão, questionando o Senhor Presidente da Câmara se o valor mínimo pago iria ser indexado ao índice cento e vinte e seis da tabela de vencimentos dos professores licenciados, conforme recomendação recente e se do contrato-programa celebrado entre a Autarquia e o Ministério da Educação, para além da participação do Estado, também havia financiamento público por parte da Câmara.-----

----- Manifestou algumas preocupações relativas à desvalorização da actividade de docente e da profissão de professor, alertando para o facto de que a desvalorização da qualidade do serviço conduziria a uma perda na qualidade das aprendizagens dos alunos. Por fim, perguntou se no futuro se iriam fazer contratos de trabalho com os professores, atendendo ao facto de que era o empregador quem detinha toda a envolvente ao exercício da actividade nomeadamente, o material, os horários e a subordinação jurídica. ---

-----Não havendo mais intervenções, tomou a palavra o Senhor Presidente para responder às questões colocadas: -----

- Relativamente às questões levantadas por Humberto Castro, afirmou que ignorava a localização dos azulejos, dado que não era da sua competência, mas que iria averiguar/investigar; quanto aos braceletes, disse ter conhecimento de que os mesmos se encontravam no Museu e que já os tinham tentado recuperar, mas que tal não foi possível-----

- Quanto às questões colocadas por Simão Freitas, informou que no concelho não existiam edifícios degradados e que, na cidade, existiam poucos, uma vez que a Autarquia tinha actuado no sentido de que os proprietários procedessem à sua reparação, não justificando, dessa forma o agravamento do IMI; quanto aos edifícios degradados pertença de famílias desfavorecidas, informou que a Autarquia prestou auxílio aquando da sua conservação. -----

- Relativamente às questões colocadas por Miguel Summavielle, mencionou que a empresa que se encontrava a executar a obra no Jardim do Calvário não

se encontrava em processo de insolvência ou falência e que o atraso da obra se devia às dificuldades das acessibilidades. Informou ainda que o empreiteiro estava a ser penalizado pelo atraso. Quanto às obras de Antime e da Ampliação da Câmara, informou que as empresas se encontravam com dificuldades, mas que a Autarquia estava a acompanhar a evolução das obras, a tomar todas as precauções e a fiscalizar mais. Informou, ainda que era da opinião que as obras deveriam ser concluídas pelas empresas que as iniciaram.-----

-----No que concernia à questão dos subsídios mencionou que a Câmara tinha acompanhado ambos os casos, explicando o porquê da atribuição do subsídio para a construção da Igreja de S. Jorge. Disse, ainda, que quanto à participação à Coopfafe iria ser atribuído o subsídio solicitado pela Instituição e que o mesmo já tinha sido aprovado pelo Executivo Camarário.-----

-----Quanto à tramitação do processo de obras da Coopfafe, mencionou que não se iria pronunciar, mas que tinha recomendado que o mesmo fosse analisado com todo o cuidado e que a Câmara não iria colocar má vontade na obra. -----

- Quanto às questões colocadas por Luís Leite, informou que as obras da auto-estrada e de saneamento não eram da competência da Autarquia, mas que iriam ficar atentos ao desenvolvimento das mesmas. Afirmou, ainda, que concordava com a criação de um eventual corredor verde ao longo daquelas margens. Afirmou, também, que iriam dar atenção à limpeza dos rios e respectivas margens. -----

- Relativamente às questões abordadas por Ricardo Leite, nomeadamente, quanto ao valor/hora pago aos professores disse que estava a ser pago o valor recomendado pelo Ministério. Afirmou que não estavam a celebrar contratos de trabalho uma vez que o sugerido era os recibos verdes. Explicou ainda que, na presente questão, a Câmara funcionava com delegação de competências e que a verba utilizada para proceder ao pagamento dos professores era transferida para a Autarquia pela DREN e que não havia financiamento da Câmara. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra Miguel Summavielle, para agradecer os esclarecimentos do Senhor Presidente, referindo que tinha verificado que o Senhor Presidente estava atento às questões das obras.-----

-----Relativamente ao assunto abordado por Luís Leite, alertou para o facto da Câmara ser accionista das Águas do Ave e que nesses termos deveria fazer-se valer da sua posição de accionista e zelar para que as intervenções dentro da área do concelho de Fafe fossem efectuadas nas melhores condições técnicas, para que não adviessem prejuízo no que respeita à área geográfica do concelho. -----

-----Não havendo mais intervenções, entrou-se no período da Ordem de Trabalhos.-----

-----**PONTO DOIS PONTO UM** – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.* -----

-----Como ninguém se pronunciou, passou-se de imediato para o **PONTO DOIS PONTO DOIS** – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar, sito na freguesia de S. Gens, à Junta de Freguesia.* – Tomou a palavra Miguel Summavielle, que, a exemplo de intervenções anteriores sobre assuntos idênticos, solicitou esclarecimentos ao Presidente da Junta sobre o destino a dar ao edifício em causa, para que pudessem votar de forma consciente. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para informar que no ofício remetido pela Junta de Freguesia, anexo aos documentos distribuídos pelos Membros da Assembleia, indicava qual o destino a dar ao referido edifício.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de S. Gens para dizer que existiam duas funções a dar ao referido edifício e que eram as citadas pelo Presidente da Mesa.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com cinco abstenções.-----

PONTO DOIS PONTO TRÊS – *Apreciação da proposta sobre a temática dos fogos florestais, conforme requerimento do Deputado Municipal Miguel Summavielle, da Coligação Democrática Unitária.* Tomou a palavra o proponente para esclarecer que, como estava referido na proposta distribuída, o debate deveria ser realizado com base no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Fafe, que lhe tinha sido entregue, a título pessoal. Porém como o referido documento não tinha acompanhado a documentação distribuída pelos Membros da Assembleia Municipal e

atendendo ao desconhecimento dos mesmos sobre o referido assunto, sugeriu que a discussão se realizasse quando todos tivessem conhecimento de facto dos referidos documentos.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Assembleia para esclarecer que o relatório em causa foi entregue a todos os Grupos Parlamentares na sessão de vinte e sete de Abril de dois mil e sete.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra Leonor Castro para fazer um esclarecimento do assunto, nomeadamente que, como constava do documento distribuído, datado de dezanove de Setembro de dois mil e seis, a discussão do presente ponto deveria ter sido realizada na sessão seguinte à sessão na qual tinha sido aprovada a presente proposta, o que não se tinha verificado, daí que o Deputado Municipal Miguel Summavielle tenha solicitado a inserção do presente assunto na Ordem de Trabalhos da Assembleia. Relativamente à entrega do relatório sobre a temática dos fogos florestais, afirmou que a Coligação Democrática Unitária não o tinha recebido.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Mesa para esclarecer, novamente, que o referido documento tinha sido entregue aos referidos Grupos na sessão anteriormente citada como constava do ofício remetido pelo Senhor Vereador e da acta da sessão realizada em vinte e sete de Abril de dois mil e sete.-----

-----Seguidamente e atendendo a que os Membros da Assembleia não estavam na posse do relatório em causa desconhecendo o tema em concreto, sugeriu que a discussão do assunto fosse adiado.-----

-----Tomou a palavra Miguel Summavielle para dizer que concordava com o proposto pelo Senhor Presidente da Mesa, uma vez que tinha sido exactamente isso que tinha proposto no início da discussão do presente ponto.-

-----Como mais ninguém quis intervir, foi perguntado aos Membros da Assembleia se concordavam com o adiamento da discussão do presente ponto na sessão seguinte. Como ninguém se opôs, foi deliberado, por unanimidade, remeter a discussão do presente assunto na sessão seguinte.-----

----- Esgotada, assim, a ordem de trabalhos foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, colocada a apreciação e votação a acta da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra ao público. Tomou a palavra o cidadão Cláudio, residente na cidade de Fafe, para, relativamente ao tema

Igualdade de Oportunidades, fazer um alerta ao Senhor Presidente da Câmara referente à dificuldade de acesso a edifícios públicos por pessoas de mobilidade reduzida. Não havendo mais intervenções, foi declarada encerrada a sessão quando eram onze horas e dez minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.-----